



newsletter

Nº 72 – JANEIRO / 2013

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Dezembro de 2012	2
Lei do Orçamento do Estado para 2013	4
Obrigações Fiscais – Novas Regras em 2013	12
Revisores e Auditores	15

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Banco de Portugal - Aviso do Banco de Portugal n.º 16/2012, de 4 de Dezembro - Estende os deveres de informação a observar pelas instituições de crédito na negociação, celebração e vigência de contratos de crédito à habitação e de crédito conexo aos demais contratos de crédito, garantidos por hipoteca ou por outro direito sobre coisa imóvel, celebrados com pessoas singulares que actuem com objectivos alheios à sua actividade comercial ou profissional.

Banco de Portugal - Aviso do Banco de Portugal n.º 17/2012, de 4 de Dezembro - Estabelece os deveres a observar pelas instituições de crédito no âmbito da prevenção e da regularização extrajudicial de situações de incumprimento de contratos de crédito, regulamentando o disposto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de Outubro.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 401/2012, de 6 Dezembro - Procede à actualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2012.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 261/2012, de 17 de Dezembro - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 279/98, de 17 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos bilhetes do Tesouro, e procede à transferência dos bilhetes do Tesouro para a INTERBOLSA - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, SA.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 414/2012, de 17 de Dezembro - Aprova a declaração Modelo 39 - «Rendimentos e Retenções a Taxas Liberatórias» e as respectivas instruções de preenchimento.

2/15

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

Ministério das Finanças - Portaria n.º 415/2012, de 17 de Dezembro - Aprova as instruções de preenchimento da declaração Modelo 13 - «Valores mobiliários, *warrants* autónomos e instrumentos financeiros derivados».

Ministério das Finanças - Portaria n.º 416/2012, de 17 de Dezembro - Aprova a declaração Modelo 42 - «Subsídios ou Subvenções Não Reembolsáveis», e as respectivas instruções de preenchimento.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 421/2012, de 21 de Dezembro - Aprova os novos modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de Dezembro - Primeira alteração à Portaria nº 150-A/2012, de 17 de Maio que define os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público.

Banco de Portugal – Carta-Circular do Banco de Portugal n.º 93/2012/DSC, de 28 de Dezembro - Transmite algumas orientações no que toca à Regularização Extrajudicial de Situações de Incumprimento de Crédito, quer no Regime Geral, quer no Regime Extraordinário.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de Dezembro - Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das facturas, por transmissão electrónica de dados, prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de Agosto.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 426-B/2012, de 28 de Dezembro - Aprova os modelos das facturas-recibo para efeitos do disposto no artigo 115.º do Código do IRS.

Assembleia da República - Lei n.º 66-A/2012, de 31 de Dezembro - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013.

Assembleia da República - Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2013.

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013



O texto final da Lei do Orçamento de Estado para 2013 aprovado pelo Parlamento no dia 27 de Novembro de 2012, foi promulgado pelo Presidente da República em 28 de Dezembro de 2012, tendo entrado em vigor no passado dia 1 de Janeiro de 2013.

Assim, face à relevância da informação, passamos a enunciar as principais medidas de natureza fiscal previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2013, com enfoque sobre aquelas que terão implicações directas na actividade empresarial. De referir que foram tidas em consideração as respectivas alterações divulgadas.

Adicionalmente, alertamos para as alterações fiscais ocorridas no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, as quais terão um forte impacto no apuramento do imposto a pagar, sobretudo por via do aumento das taxas de imposto aplicáveis e de reduções significativas das deduções à colecta.

Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas

Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento

Substitui-se o regime de subcapitalização por um novo regime de limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento, nos termos do qual os gastos de financiamento líquido¹ são dedutíveis até à concorrência do maior dos seguintes limites: (i) 3.000.000 euros; ou (ii) 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos líquidos e impostos (i.e. EBITDA). Evidencia-se que, sempre que o período de tributação tenha duração inferior a um ano, o limite atrás referido é determinado proporcionalmente ao número de meses desse período de tributação.

Estabelece-se um regime transitório, segundo o qual este limite será 70% do EBITDA em 2013, 60% em 2014, 50% em 2015 e 40% em 2016, aplicando-se o limite de 30% apenas nos períodos de tributação iniciados em ou após 2017.

Os gastos de financiamento líquidos que excedam os limites referidos (e que por conseguinte, não sejam fiscalmente relevantes) podem ser deduzidos ao lucro tributável de um ou mais dos

¹ Consideram-se gastos de financiamento líquido as importâncias devidas ou associadas à remuneração de capitais alheios, designadamente juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto e longo prazos, juros de obrigações e outros títulos assimilados, amortizações de descontos ou de prémios relacionados com empréstimos obtidos, amortizações de custos acessórios incorridos em ligação com a obtenção de empréstimos, encargos financeiros relativos a locações financeiras e as diferenças de câmbio provenientes de empréstimos em moeda estrangeira, deduzidos dos rendimentos de idêntica natureza.

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

cinco períodos de tributação posteriores, conjuntamente com os gastos financeiros desse mesmo período, observando-se as limitações atrás referidas.

Nas situações em que o montante dos gastos de financiamento deduzidos num determinado período de tributação seja inferior à referida percentagem do EBITDA apurado em cada ano, a parte não utilizada poderá ser acrescida ao limite a considerar em cada um dos cinco períodos de tributação posteriores, até à sua integral utilização.

No caso de entidades tributadas no âmbito do Regime Especial de Tributação do Grupo de Sociedades, o disposto nos parágrafos anteriores é aplicável a cada uma das sociedades do grupo.

Este regime não é aplicável a entidades sujeitas a supervisão do Banco de Portugal e do Instituto de Seguros de Portugal, assim como a sucursais em Portugal de instituições de crédito e outras instituições financeiras ou empresas de seguros com sede em outro Estado-Membro da União Europeia.

Taxas

É aumentada de 15% para 25% a taxa aplicável aos seguintes rendimentos obtidos em Portugal por entidades que aqui não tenham sede nem direcção efectiva: (i) rendimentos provenientes da propriedade intelectual ou industrial, da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico e de assistência técnica; (ii) rendimentos derivados do uso da concessão do uso de equipamento agrícola, industrial, comercial ou científico; (iii) comissões por intermediação na celebração de quaisquer contratos e rendimentos de prestações de serviços realizados ou utilizados em território português, com excepção dos relativos a transportes, comunicações e actividades financeiras; e (iv) rendimentos prediais.

Derrama estadual e pagamentos adicionais por conta

É reduzido de 10.000.000 euros para 7.500.000 euros o limite do lucro tributável a partir do qual há lugar ao pagamento de derrama estadual à taxa de 5%.

Os pagamentos adicionais por conta passam a ser determinados pela aplicação ao lucro tributável do exercício anterior das taxas de 2,5% sobre a parcela do lucro tributável entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros e de 4,5% sobre a parcela que exceda 7.500.000 euros, ou seja, é de igual modo reduzido o limite do lucro tributável a partir do qual se aplica a taxa superior de 10.000.000 euros para 7.500.000 euros.

As alterações atrás referidas aplicam-se apenas, aos lucros tributáveis referentes ao período de tributação que se inicie após 1 de Janeiro de 2013.

5/15

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

Pagamentos por conta

A fórmula de cálculo dos pagamentos por conta de IRC é alterada, tendo agora como base 80% da colecta do exercício anterior para os contribuintes com um volume de negócios (no exercício anterior) igual ou inferior a 500.000 euros e 95% para os restantes, ou seja verificou-se um aumento das taxas anteriormente aplicáveis (70% e 90%, respectivamente).



A limitação que existe de não realização dos pagamentos por conta, quando o montante do pagamento por conta já efectuado é igual ou superior ao imposto que será devido com base na matéria colectável do período de tributação, passa a ser apenas possível relativamente à terceira entrega por conta.

Pagamentos especiais por conta

Quando seja aplicável o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, o valor global do pagamento especial por conta determinado pela sociedade dominante, passa a ser calculado deduzindo o montante dos pagamentos por conta que seria devido por cada uma das sociedades do grupo caso este regime não fosse aplicável (anteriormente eram considerados os pagamentos por conta apurados no âmbito do referido regime).

Contribuição sobre o Sector Bancário

É prorrogada para 2013 a contribuição sobre o sector bancário.

Despesas com Equipamentos e Software de Facturação Electrónica

Mantêm-se no exercício de 2013 a possibilidade das desvalorizações excepcionais, decorrentes do abate de programas e equipamentos informáticos de facturação que sejam substituídos por programas de facturação electrónica, serem consideradas como perdas por imparidade.

De igual modo, a aquisição de programas e equipamentos informáticos de facturação electrónica, adquiridos em 2013, podem ser consideradas como gasto fiscal no período de tributação em que sejam suportadas.

Imposto sobre o Valor Acrescentado

Isenções de IVA

Alarga-se o regime de isenção relativo à transmissão do direito de autor e à autorização da utilização da obra intelectual, definidas no Código de Direito de Autor, à possibilidade de

6/15

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)



serem efectuadas por terceiros mas por conta de autores, bem como a isenção de imposto às transmissões de livros a título gratuito efectuadas ao departamento governamental na área da educação.

Por outro lado, revoga-se a isenção para as transmissões de bens e prestações de serviços no âmbito das explorações agrícolas, passando tais operações a ser tributadas à taxa reduzida (lista I anexa ao Código do IVA). Esta alteração entra em vigor a partir de 1 de Abril de 2013.

Dedução de IVA no mecanismo de “reverse charge”

Nos casos em que a obrigação de liquidação e pagamento do IVA recai sobre o adquirente dos bens e serviços (inversão do sujeito passivo ou mecanismo de “reverse-charge”), passa apenas a conferir direito a dedução o imposto que for liquidado por força dessa obrigação.

Alteração oficiosa dos elementos da actividade

A Autoridade Tributária e Aduaneira passa a poder alterar oficiosamente os elementos relativos à actividade do sujeito passivo nos seguintes casos: (i) não está a ser exercida nem há intenção de continuar a exercer a actividade, ou sempre que o sujeito passivo tenha declarado o exercício de uma actividade sem que possua uma adequada estrutura empresarial susceptível de a exercer; (ii) existe falsidade dos elementos declarados; (iii) existem fundados indícios de fraude nas operações referidas; e (iv) não apresentação de Declarações Periódicas e Recapitulativas pelo período mínimo de um ano, ou apresentação de Declarações sem evidência de actividade pelo mesmo período.

Regime de Regularização de IVA nos créditos de cobrança duvidosa e incobráveis

São introduzidas alterações ao regime de regularização de IVA em créditos incobráveis, o qual apenas se aplica aos créditos vencidos antes de 1 de Janeiro de 2013, designadamente:

- ✓ Alarga-se a possibilidade de dedução do imposto respeitante a créditos considerados incobráveis em Processo Especial de Revitalização e nos termos previstos no Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial.
- ✓ Introduzem-se restrições à recuperação do IVA no caso de insolvência do devedor.
- ✓ Exige-se que o revisor oficial de contas certifique que se encontram verificados os requisitos legais para a dedução do imposto respeitante a créditos considerados incobráveis.

7/15

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

Adicionalmente, é estabelecido um regime diferenciado para créditos vencidos após 1 de Janeiro de 2013, do qual se destaca:

- ✓ Distinção entre créditos de cobrança duvidosa e créditos incobráveis.
- ✓ Exclusão da possibilidade de regularização do imposto quando existam relações especiais entre os sujeitos passivos, ou os créditos estejam cobertos por seguros ou sejam créditos sobre o Estado, regiões autónomas e autarquias locais.
- ✓ Dedução do imposto associado a créditos de cobrança duvidosa dependente do pedido de autorização prévia à Autoridade Tributária e Aduaneira. Se não for notificada decisão expressa no prazo de oito meses, presume-se o indeferimento para créditos iguais ou superiores a 150.000 euros, IVA incluído, por factura, e o deferimento no caso de créditos de valor inferior.
- ✓ Dispensam-se do regime de autorização prévia os créditos em mora há mais de seis meses desde a data do respectivo vencimento, cujo valor não seja superior a 750 euros (IVA incluído), sobre particulares ou sujeitos passivos que realizem apenas operações isentas sem direito à dedução e em casos específicos no âmbito de processos judiciais ou do Sistema de Recuperação de Empresas por via extrajudicial.
- ✓ Notificação do adquirente pela Autoridade Tributária e Aduaneira da pretensão da regularização do imposto pelo fornecedor e, caso aplicável, obrigatoriedade de regularização do IVA anteriormente deduzido por este, a favor do Estado.
- ✓ Os sujeitos passivos perdem direito à dedução do imposto respeitante a créditos considerados de cobrança duvidosa ou incobráveis sempre que ocorra transmissão da titularidade dos créditos subjacentes.
- ✓ Regulamentação dos procedimentos de regularização do IVA, prazos e documentação de suporte, nomeadamente a exigência de certificação pelo revisor legal de contas dos documentos e períodos a que se referem as deduções de imposto relativas a créditos de cobrança duvidosa, bem como do cumprimento dos requisitos legais para a dedução do imposto respeitante a créditos considerados incobráveis.

No que respeita ao regime atrás referido recomendamos a leitura dos artigos 78.º-A a 78.º-D do CIVA.

8/15

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

Regime de bens em circulação

A comunicação prévia à Autoridade Tributária e Aduaneira dos elementos constantes dos documentos de transporte passará a ser obrigatória a partir de 1 de Maio de 2013, e não a partir de 1 de Janeiro de 2013, conforme estabelecido primeiramente pelo Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de Agosto.

Dispensa-se esta comunicação prévia sempre que a factura seja utilizada como documento de transporte e não seja emitida em suporte papel (tipologia autorizada).

Prevê-se ainda a dispensa de comunicação prévia de documentos de transporte quando o destinatário não seja conhecido na altura da saída dos bens e, bem assim, em caso de alteração ao local do destino, ocorridas durante o transporte, ou de não-aceitação, imediata e total, dos bens transportados. Esta comunicação deverá ser efectuada por inserção no Portal das Finanças, até ao 5.º dia útil seguinte ao do transporte.

Comunicação dos elementos das facturas

É alterado o prazo limite para comunicação dos elementos das facturas, de dia 8 para o dia 25 do mês seguinte ao da emissão da factura, não sendo possível alterar a via de comunicação no decurso do ano civil.

Autorizações legislativas

Alteração do CIVA tendo em vista a introdução de um regime simplificado e facultativo de exigibilidade de caixa, aplicável às pequenas empresas que não beneficiem de isenção de IVA, permitindo que estas exerçam o direito à dedução do IVA e paguem o imposto devido no momento do efectivo pagamento ou recebimento, respectivamente.

Benefícios Fiscais

Fundos de Investimento

A diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias obtidas por fundos de investimento mobiliário passa a ser tributada à taxa de 25% (anteriormente era 21,5%).

Os rendimentos prediais obtidos por fundos de investimento imobiliário (que não sejam relativos à habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados) passam a ser sujeitos a tributação autónoma à taxa de 25% (anteriormente era 20%).

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

É revogada a exclusão de tributação do saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias resultante da alienação, por parte dos fundos de investimento, de acções detidas durante mais de 12 meses, obrigações e outros títulos de dívida.

Prédios situados nas Áreas de Localização Empresarial (ALE)

Verifica-se a prorrogação da isenção de IMT e de IMI relativamente aos prédios adquiridos ou concluídos até 31 de Dezembro de 2013, situados na ALE, sendo a isenção de IMI aplicável por um período de 10 anos.

Regime Fiscal de Apoio ao Investimento

O prazo de vigência do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento é estendido até 31 de Dezembro de 2013.

Planos de insolvência, de pagamentos ou de recuperação ou da liquidação da massa insolvente

Os benefícios fiscais em sede de IRC, IRS, Imposto de Selo e IMT aplicáveis no âmbito dos planos de insolvência, de pagamentos ou da liquidação da massa insolvente passam a ser extensíveis aos planos de recuperação. A concessão destes benefícios fiscais passa a estar sujeita a reconhecimento prévio da AT.

Operações de Reporte

É prorrogada a isenção de IRC sobre os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte de valores mobiliários efectuadas com instituições de crédito residentes, desde que os ganhos não sejam imputáveis a estabelecimento estável daquelas instituições situado em território português.

Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes

Mantem-se a isenção de IRS e IRC aplicável aos rendimentos de valores mobiliários representativos de títulos de dívida pública e não pública emitida por entidades não residentes, que sejam considerados obtidos em território português nos termos dos códigos do IRS e IRC, quando venham a ser pagos pelo Estado Português como garante de obrigações assumidas por sociedades das quais é accionista em conjunto com outros Estados-Membros da U.E. A isenção aplica-se aos beneficiários efectivos que cumpram os requisitos previstos no art.º 5.º do Decreto-Lei 193/2005, de 7 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2006, de 8 de Fevereiro.

10/15

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

Autorizações legislativas

Revisão do regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida.

Introdução de um conjunto de medidas destinadas a consolidar as condições de competitividade da economia portuguesa, através da manutenção de um contexto fiscal favorável que propicie o investimento, o incentivo ao reforço dos capitais próprios de empresas e a criação de emprego através de empresas recém-constituídas.

Imposto Municipal sobre Imóveis

Regras de pagamento

O Imposto Municipal sobre Imóveis passa a ser pago da seguinte forma:



- ✓ Em uma prestação no mês de Abril, quando o seu montante seja igual ou inferior a 250 euros.
- ✓ Em duas prestações, nos meses de Abril e Novembro, quando o seu montante seja superior a 250 euros e igual ou inferior a 500 euros.
- ✓ Em três prestações, nos meses de Abril, Julho e Novembro, quando o seu montante seja superior a 500 euros.

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

Fundos de investimento imobiliários fechados de subscrição particular

Passa a estar sujeita a IMT a atribuição de bens imóveis como reembolso em espécie de unidades de participação decorrente da liquidação de fundos de investimento imobiliários fechados de subscrição particular, assim como as transmissões de bens imóveis por fusão destes fundos.

Na fusão ou cisão de fundos de investimento imobiliários fechados de subscrição particular, o imposto incide sobre o valor patrimonial tributário dos imóveis transmitidos no âmbito daquelas operações ou, se superior, sobre o valor pelo qual esses imóveis sejam reflectidos no activo dos fundos de investimento.

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

Imposto de Selo

Autorizações legislativas

Criação de um imposto sobre a generalidade das transacções financeiras efectuadas no mercado secundário.



- Carlos Sousa -

EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS - NOVAS REGRAS EM 2013

Foram recentemente publicadas três Portarias que introduziram regras para o cumprimento de novas obrigações fiscais, as quais entraram em vigor em Janeiro de 2013.

Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de Dezembro

Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das facturas à Administração Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão electrónica de dados, prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-lei 198/2012, de 24 de Agosto (Newsletter ORA nº 69/2012). De acordo com o Decreto-Lei atrás mencionado, são obrigados a efectuar tal comunicação, as pessoas, singulares ou colectivas, que possuam sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em território português e aqui pratiquem operações sujeitas a Imposto sobre o Valor Acrescentado, ainda que dele isento.

A Portaria aplica-se aos sujeitos passivos que, cumulativamente:

- ✓ Não sejam obrigados a possuir o ficheiro SAF-T (PT) da facturação;
- ✓ Não sejam obrigados a possuir programa informático de facturação; e
- ✓ Não optem pela utilização de qualquer dos meios de comunicação previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de Agosto.

O modelo de declaração está disponível no Portal das Finanças (www.portaldasfinancas.gov.pt), considerando-se a obrigação de envio cumprida após validação. Os sujeitos passivos devem assim, efectuar o registo, caso ainda não disponham de senha de acesso, através do referido portal.

12/15

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

A declaração compreende informação de “natureza global”, relativa a todas as facturas emitidas durante o período a que respeita e informação de “natureza parcial”, com identificação dos elementos relativos a cada factura emitida.

Foram estabelecidos regimes transitórios, de modo a permitir uma adaptação progressiva dos contribuintes a esta nova medida. Assim:

- ✓ No preenchimento do quadro relativo à informação parcial, os sujeitos passivos estão apenas obrigados a indicar os elementos respeitantes à primeira e última factura (emitidas no período a que se refere a declaração);
- ✓ Os sujeitos passivos que, pratiquem operações isentas de IVA, estejam enquadrados no regime de isenção ou dos pequenos retalhistas, e que não tenham emitido mais de 10 facturas, podem optar pela entrega do modelo oficial de declaração em papel, por via presencial ou por via postal registada, para o Serviço de Finanças.

A comunicação à AT é efectuada até ao dia 25 do mês seguinte ao da emissão das facturas, conforme alteração operada no Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de Agosto, pela Lei do Orçamento do Estado para 2013.

Portaria n.º 426-B/2012 de 28 de Dezembro

Aprova os modelos das facturas-recibo (em substituição do recibo-verde electrónico) para efeitos do disposto no artigo 115.º ao Código do IRS:

- ✓ Modelo de factura-recibo emitido;
- ✓ Modelo de factura-recibo emitido para acto isolado;
- ✓ Modelo de factura-recibo sem preenchimento.

O preenchimento e a emissão das facturas-recibo referidas efectuam-se obrigatoriamente no Portal das Finanças na Internet. Para a emissão da factura-recibo, devem ser seguidos os procedimentos referidos no Portal das Finanças, mediante autenticação com o respectivo número de identificação fiscal e senha de acesso.

Os titulares de rendimentos da categoria B enquadrados no regime especial de isenção previsto no artigo 53.º, podem optar por emitir factura-recibo por via electrónica, ficando sujeitos, a partir desse momento, às regras gerais da emissão por essa via ou utilizar factura-recibo em suporte de papel sem preenchimento, adquirida nos serviços de finanças.

13/15

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

Em situações excepcionais, no caso de absoluta impossibilidade de emissão por via electrónica, o contribuinte poderá imprimir, através do Portal das Finanças, a factura-recibo sem preenchimento, que será numerada sequencialmente. No entanto, a mesma deverá ser preenchida no sistema informático, até ao 5.º dia útil seguinte ao do momento em que o imposto é devido.

Portaria nº 6/2013, de 10 de Janeiro (revogou a Portaria n.º 426-C/2012, de 28 de Dezembro)

Aprova a Declaração Mensal de Remunerações - AT e as respectivas instruções de preenchimento, para cumprimento da obrigação declarativa prevista no artigo 119.º, n.º 1, alíneas c) e d), do Código do IRS. Este diploma entra em vigor em 11 de Janeiro de 2013.

As entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele isentos, bem como os que se encontrem excluídos de tributação, são obrigadas a entregar à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão electrónica de dados, uma Declaração Mensal de Remunerações, para efeitos de comunicação daqueles rendimentos e respectivas retenções de imposto, das deduções efectuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de protecção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais.

Esta declaração deverá ser entregue no mês seguinte ao do pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos de trabalho dependente.



- Paula Bárbara -

ORA newsletter

Nº 72 – JANEIRO/2013
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

Foi recentemente aprovado o Plano de Actividade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) para 2013, abrangendo matérias e prioridades que se consideram muito relevantes para a contínua e crescente credibilidade da actividade de revisão legal de contas e de auditoria.

Tendo a OROC como **Visão** ser a referência nacional como garante da transparência e fiabilidade das informações financeiras divulgadas pelas múltiplas entidades auditadas pelos Revisores Oficiais de Contas, procura como **Missão** promover o desenvolvimento e difusão da auditoria e da revisão de contas, com elevados padrões de integridade, independência e competência, garantindo aos seus membros um serviço de apoio de elevada qualidade.

Face ao exposto, foram definidas as seguintes directrizes principais para o ano que agora se inicia:

- ✓ Continuar a acompanhar a evolução internacional da profissão e em particular os desenvolvimentos que venham a ocorrer ao nível da União Europeia, designadamente a criação de um Regulamento Europeu de Auditoria e as modificações na Directiva de Auditoria;
- ✓ Proceder à alteração dos Estatutos decorrente da publicação da Lei das Associações Públicas Profissionais;
- ✓ Incentivar acções de divulgação de boas práticas com vista a reforçar a sustentabilidade da actividade profissional;
- ✓ Promover acções para a melhoria da qualidade das auditorias, bem como da sua relevância e contributo para uma economia mais sustentada.

Juntamente com estas acções foram estabelecidas intervenções prioritárias consubstanciadas na preparação e divulgação de assuntos de natureza técnica tendo em vista a melhoria das práticas aplicadas pelos revisores/auditores e a sua harmonização crescente com as práticas internacionais.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*

15/15